



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa para prestar serviços de vigilância eletrônica, com sensor de presença, para os cartórios eleitorais que compõem a Justiça Eleitoral abrangidos na 6ª região.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

A contratação de serviços de segurança é necessária para proteger todo o patrimônio móvel e imóvel dos cartórios eleitorais que compõem a 6ª região. Dessa forma, em face das argumentações tecidas e em razão deste Tribunal não possuir efetivo de servidores da especialidade segurança em número suficiente para ocupar todos estes locais, faz-se necessária a contratação desses serviços.

2.2. Objetivos e Benefícios

Os serviços visam a garantir a segurança dos imóveis, com proteção do patrimônio público.

2.3. Alinhamento Estratégico

Trata-se de atividade de suporte, na prestação de serviços de vigilância eletrônica relacionados à Seção de Segurança e Transportes do TRES. Mesmo essa Seção contando, em seu quadro, de servidores com cargo de agentes de segurança, não há número suficiente para atender a demanda informada em todo o Estado. Dessa forma, não verificamos a possibilidade de conflito com outros serviços existentes no TRES.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Os estudos preliminares foram juntados aos autos do PAE n. 8.635/2021.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista é a mesma a ser contratada, devendo ser:

Vigilância eletrônica, por meio de sensor de presença, sendo o sistema acionado nos horários em que não há expediente.

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Contratação de empresa para prestar serviços de vigilância eletrônica, com sensor de presença, para os cartórios eleitorais que compõem a Justiça Eleitoral abrangidos na 6ª região:

- Abelardo Luz – 71ª Zona Eleitoral
- Campo Erê – 69ª Zona Eleitoral
- Chapecó – 35ª e 94ª Zonas Eleitorais
- Dionísio Cerqueira – 50ª Zona Eleitoral
- Itapiranga – 65ª Zona Eleitoral
- Maravilha – 58ª Zona Eleitoral
- Modelo – 83ª Zona Eleitoral
- Palmitos – 41ª Zona Eleitoral
- Pinhalzinho – 66ª Zona Eleitoral



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Ponte Serrada – 63ª Zona Eleitoral
- Quilombo – 78ª Zona Eleitoral
- São Carlos – 70ª Zona Eleitoral
- São Lourenço do Oeste – 49ª Zona Eleitoral
- São Miguel do Oeste – 45ª e 82ª Zonas Eleitorais
- Xanxerê – 43ª Zona Eleitoral
- Xaxim – 48 Zona Eleitoral

Os serviços a serem prestados são de natureza contínua, estendendo-se por mais de um exercício, respeitando-se o tempo legal de vigência permitida pela Lei de Licitações.

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

Os serviços a serem contratados não podem ser parcelados, sendo de execução contínua, conforme os locais indicados que pertencem a 6ª região.

A adjudicação do objeto será global, por região.

2.10. Seleção do Fornecedor

A seleção do fornecedor será por meio de pregão eletrônico, considerando a empresa que apresentar o menor valor e atender os critérios de habilitação.

Com relação ao preço, o TRESC pagará à empresa a ser contratada um valor mensal pelo serviço de vigilância eletrônica, incluído neste a locação, a instalação, a programação, a operação e a manutenção dos equipamentos do sistema de alarme e de monitoramento, e o serviço de atendimento de emergência, contando-se o prazo para o primeiro pagamento a partir do dia em que efetivamente iniciou a prestação dos serviços contratados.

2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica."

Apresentar Cópia da publicação, no Diário Oficial da União, da Autorização de funcionamento expedida pelo Ministério da Justiça, para atuação no Estado de Santa Catarina, na forma da Lei n. 7.102, de 20 de junho de 1983, e do Certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal, conforme Portaria n. 3.233, de 10 de dezembro de 2012.

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

A licitação deverá ser realizada por meio de pregão eletrônico, do tipo menor preço.

2.12. Impacto Ambiental

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.13. Conformidade Técnica

A contratação deverá observar o cumprimento das exigências legais no que se refere às normas trabalhistas, previdenciárias e do fundo de garantia.

Em função da necessidade de atendimento presencial, nos casos de impossibilidade do conserto do sistema, a empresa deve ter autorização de funcionamento expedida pelo Ministério da Justiça, para atuação no Estado de Santa Catarina, na forma da Lei n. 7.102, de 20 de junho de 1983, e Certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal, conforme Portaria 387, de 28 de agosto de 2006, o qual passou a ser expedido juntamente com a Autorização de funcionamento ou de Revisão.

2.14. Obrigações da Proponente

Recomenda-se à proponente a inspeção *in loco* de todos os imóveis descritos neste Projeto Básico, antes da apresentação das propostas, a fim de verificar os pontos necessários para instalação das câmeras. A visita técnica deverá ser agendada com os respectivos Chefes de Cartório, constantes do Anexo III deste Projeto Básico.

2.15. Obrigações da Contratante

a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;

b) promover, através de seu representante, os Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais de cada município, ou seus substitutos, indicados na tabela do Anexo III deste Projeto Básico, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993. Onde houver mais de uma ZE, a atestação dos chefes será em conjunto ou separadamente.

2.16. Obrigações da Contratada

a) executar o(s) serviço(s) no prazo e demais condições estipuladas na proposta;

b) executar o(s) serviço(s) no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da autorização da CIS;

c) fornecer, mediante locação, todo o sistema de alarme, monitoramento e gerenciamento, em conformidade com o descrito nos itens anteriores, bem como prestar todos os serviços necessários ao seu adequado funcionamento, responsabilizando-se pela correta INSTALAÇÃO, PROGRAMAÇÃO e OPERAÇÃO do sistema;

d) fornecer preço para o serviço de vigilância eletrônica, incluído neste o preço da locação, da instalação, da programação, da operação e da manutenção dos equipamentos do sistema de alarme e de monitoramento, que deve contemplar, também, o serviço de atendimento de emergência;

e) responsabilizar-se por todos os danos causados pela inadequada instalação do sistema de alarme, bem como por qualquer dano provocado às instalações do Imóvel em virtude dos serviços executados em suas dependências pelos profissionais da contratada;

f) fornecer todas as informações solicitadas pelo TRESC quanto aos registros dos acessos e disparos do alarme ocorridos no último ano, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contados do recebimento da solicitação;

g) possuir Autorização de funcionamento expedido pelo Ministério da Justiça, para atuação no Estado de Santa Catarina, na forma da Lei n. 7.102, de 20 de junho de 1983, e Certificado de Segurança expedido pelo Departamento de Polícia Federal, conforme Portaria 3.233 de 10 de dezembro de 2012, o qual passou a ser expedido juntamente com a Autorização de funcionamento ou de Revisão, não sendo mais expedidos documentos separados, constituindo a publicação dos Alvarás no Diário Oficial da União documento oficial, válido para as empresas exercerem suas atividades plenamente;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- h) comprovar a formação técnica específica dos vigilantes (para o atendimento de emergência), oferecida através dos certificados de aprovação em curso de vigilante, expedidos por entidades devidamente autorizadas pelo Ministério da Justiça, por seu órgão competente ou mediante convênio com as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal;
- i) fornecer uniformes e crachás de identificação aos vigilantes que atuarem no atendimento de emergência, bem como prover-lhes de veículos caracterizados em perfeito estado de conservação e uso para o patrulhamento móvel;
- j) garantir a operação do sistema de monitoramento e de atendimento de emergência, sem a interrupção, incluindo a possibilidade de manutenção dos equipamentos e sistemas;
- k) manter o sistema funcionando nas 24 (vinte e quatro) horas diárias, incluindo sábados, domingos e feriados, ininterruptamente; excetuados os casos em que houver a necessidade de manutenção preventiva e corretiva, as quais deverão ser executadas durante o horário de expediente do prédio monitorado;
- l) disponibilizar serviço de vigilância suplementar para as dependências desprotegidas quando da impossibilidade de conserto da central de alarme ou do sistema de monitoramento e consequente interrupção do funcionamento destes, até o completo restabelecimento do sistema;
- m) responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva do sistema locado, incluindo o fornecimento e a substituição das peças danificadas, correndo por conta da empresa qualquer despesa com os materiais empregados e com os serviços executados;
- n) relatar ao responsável pelo Cartório Eleitoral qualquer irregularidade verificada nos locais sob sua vigilância;
- o) orientar os fiscais que efetuarem o atendimento de emergência para que registrem a ocorrência em formulário próprio, o qual deverá ser remetido ao Cartório Eleitoral, para que sejam tomadas as providências cabíveis;
- p) responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados no local de trabalho;
- q) substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento no atendimento de emergências ou na operação do sistema sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público;
- r) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia anuência do Contratante; e
- s) observar os ditames da Lei Geral e Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018).

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

A contratação solicitada deve abranger o fornecimento de 1 (um) sistema de alarme eletrônico e os serviços de monitoramento e de atendimento de emergência, nas condições a seguir descritas:

SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) locação, instalação e programação de 1 (um) sistema de monitoramento eletrônico, compreendendo o fornecimento de todos os componentes necessários ao seu adequado funcionamento, de acordo com a seguinte relação:

a.1. 1 (uma) central de alarme com sensores infravermelhos em número suficiente para cobertura das salas ocupadas, 1 (um) receptor, 1 (um) transmissor, 1 (um) teclado de programação e operação, 1 (um) botão de chamada de urgência (botão de pânico), 2 (duas) sirenes, 1 (uma) fonte, 1 (uma) bateria, fiação e demais dispositivos necessários à instalação;

a.2. 1 (um) discador automático (ou *modem*) para a conexão da central de alarme com o sistema de monitoramento e gerenciamento dos registros de acesso e de alarme do prédio;

a.3. 1 (um) sistema compartilhado de monitoramento e gerenciamento dos registros de acesso e de alarme do prédio (unidade de operação);

b) a central de alarme deverá permitir a programação de senhas individualizadas, além de possibilitar o registro eletrônico de todas as operações efetuadas pelos usuários registrados, tais como acionamento e desativação do sistema, devendo, ainda, emitir sinal de disparo do alarme para as sirenes e para a unidade de operação;

c) a central de alarme deverá permitir a emissão de sinal diferenciado para o computador da unidade de operação originado por um dispositivo de emergência (botão de pânico), o qual deverá ser instalado nas dependências do prédio monitorado;

d) o sistema compartilhado de monitoramento e de gerenciamento deverá ser operado por profissional especializado, o qual deverá atender às exigências mínimas de segurança dos dados e das instalações; e

e) a comunicação da central de alarme com o computador da unidade de operação deverá ser *off line*, devendo o operador do sistema trabalhar em conjunto com o patrulhamento móvel, durante 24 (vinte e quatro) horas diárias ininterruptas, incluindo sábados, domingos e feriados.

SERVIÇO DE MONITORAMENTO E DE ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA:

a) monitoramento eletrônico das dependências do imóvel durante as 24 (vinte e quatro) horas diárias, incluindo sábados, domingos e feriados, utilizando o sistema locado e instalado pela empresa contratada;

b) após o disparo do alarme, identificação exata do setor violado (dependência do prédio monitorado) pela unidade de operação;

c) identificação imediata dos usuários pelo sistema monitorado e emissão de relatório detalhado sobre os eventos ocorridos (disparos do alarme e operações de acionamento e desarme), contendo data, hora e identificação dos usuários, atendendo à solicitação formal do Cartório responsável;

d) atendimento de emergência imediato, através de patrulhamento móvel, obedecendo à seguinte rotina:

d.1) disponibilidade de viatura caracterizada, com pessoal devidamente treinado e equipado, para o atendimento de emergências ocorridas em qualquer hora do dia ou da noite, incluindo sábados, domingos e feriados, as quais compreendem: violação, ou tentativa de violação, por pessoa não autorizada, de qualquer dependência monitorada; chamadas dos servidores em situação de emergência que os impeçam de contatar a polícia local, tais como incêndio, assalto ou emergências médicas; e, vigilância suplementar, enquanto não restaurado o acesso danificado;

d.2) verificação in loco do prédio monitorado depois de sinalizado o disparo do alarme na unidade de operação ou do chamado de emergência dos servidores;

d.3) quando da constatação da violação das dependências monitoradas, o operador do sistema ou o funcionário da empresa que efetuar o patrulhamento móvel, deverá contatar primeiramente a polícia local e só após, com a presença do policiamento, o servidor do TRESC responsável pelo Cartório Eleitoral, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis, devendo assegurar a inviolabilidade das dependências;

d.4) vigilância presencial nas dependências quando danificada alguma vedação (portas e janelas, ou o rompimento de qualquer outro obstáculo) em virtude da violação ou da tentativa de violação dos ambientes sob monitoração, devendo a empresa manter no local vigilância permanente enquanto providenciados os reparos necessários, os quais serão providenciados pelo TRESC, e concluídos em até 12 (doze) horas após o registro do evento na unidade de operação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.1.2. Códigos SIASG

23.868

3.1.3. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até 31/07/2023, podendo ser prorrogado dentro dos limites legais, conforme Lei de Licitações. Considerando que a contratação vai se estender por mais de um exercício financeiro, a Contratada terá direito ao reajuste do contrato.

3.2. Modelos de Documentos

Os modelos de documentos utilizados ao longo do contrato pelo Contratante e pela Contratada estão descritos no Anexo II.

Florianópolis, em 22 de abril de 2021.

Kelly Rosana Yassuda
Integrante Demandante

Kelly Rosana Yassuda
Integrante Técnico

Geraldo Luiz Savi Júnior
Integrante Administrativo



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

Os serviços são de execução contínua, com faturamento mensal, e serão fiscalizados pelos Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais dos municípios que fazem parte deste pedido, ou seus substitutos. Nos cartórios que possuem mais de uma ZE, os chefes serão fiscais em conjunto ou separadamente.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

1.1.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da execução do objeto contratado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento pelo licitante vencedor, e serão exercidos por meio dos Gestores da Contratação, quais sejam, os servidores titulares da função de Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais dos municípios que fazem parte da 6ª região, ou seus substitutos.

1.1.3. O acompanhamento de que trata o subitem 1.1.2 não exime o licitante vencedor de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da execução do objeto deste projeto básico.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Os equipamentos deverão ser instalados e os serviços iniciados no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da autorização da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços.

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato de prestação de serviços de vigilância eletrônica.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

Os serviços são de execução contínua, com faturamento mensal, e serão fiscalizados pelos Chefes de Cartório das Zonas Eleitorais dos municípios que fazem parte deste pedido, ou seus substitutos. Nos cartórios que possuem mais de uma ZE, os chefes serão fiscais em conjunto ou separadamente.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

A empresa deverá apresentar, mensalmente, a nota fiscal dos serviços, a qual será conferida e atestada pelo setor competente:

a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O pagamento será feito em favor da empresa contratada, mensalmente, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

Se o licitante vencedor descumprir as condições da licitação ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

1.11.1. O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) cometer fraude fiscal;
- b) apresentar documento falso;
- c) fizer declaração falsa;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- f) deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- g) não manter a proposta; e
- h) não entregar a amostra de produto ofertado.

1.11.1.1. Para os fins do contido na alínea “d” do subitem 1.11.1, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;
- c) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.2.1. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “f” do subitem 1.11.2 são de competência do Presidente do TRESC.

1.11.3. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução dos serviços sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% ao dia, sobre o valor mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo II - Modelos de Documentos (Templates)

Lista de verificação para acompanhamento do contrato e atestação dos serviços

Lista de verificação para acompanhamento do contrato		
Verificações	Sim	Não
Verificar diariamente se o sistema está funcionando		
Verificar se a nota fiscal/fatura foi encaminhada no valor correto		
Verificar se a nota fiscal/fatura foi encaminhada indicando o mês de referência correto		



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo III - Zonas Eleitorais da 6ª Região

MUNICÍPIO	ZE	ENDEREÇO	TELEFONE	CHEFE DO CARTÓRIO
Abelardo Luz	71 ^a	Avenida Pe. João Smedt, 1274	49 3445 4625 49 988693616	Adalberto Rodrigo Bledon
Campo Erê	69 ^a	Rua Osvaldo Dário Dall'igna, N. 794, Sala 2	49 3655 1225 49 988061505	Maicon Mendes Pereira
Chapecó	35 ^a	Av. Nereu Ramos, 1841-E	49 3323 2232 49 988021312	Jean de Oliveira
Chapecó	94 ^a	Av. Nereu Ramos, 1841-E, Centro	49 3323 5445 49 988714742	Cristiane Krok Franco Casagrande
Dionísio Cerqueira	50 ^a	Av Santa Catarina, 218	49 3644 0446 49 988695311	Talita Alves Pereira de Vêras
Itapiranga	65 ^a	Rua São Bonifácio, 280, Térreo, Ed. Peperi	49 3677 0207 49 988060670	Romualdo João Michels Neto
Maravilha	58 ^a	Avenida Anita Garibaldi, 1012, Sala 01	49 3664 0856 49 988058419	Ademir Hemming Johann
Modelo	83 ^a	Rua Xv de Novembro, 476	49 3365 3504 49 988058765	Fátima Lourdes Burille Schneider
Palmitos	41 ^a	Rua Visconde do Rio Branco, 932, Sala 2	49 3647 0539 49 988036769	Clair Teresinha Pagel
Pinhalzinho	66 ^a	Avenida Capitão Anizio, 1.037	49 3366 1822 49 988061055	Greyce Mariana Laske Mahl
Ponte Serrada	63 ^a	Av. Xv de Novembro, N. 86, Sala 2, Edifício Marafon	49 3435 0004 49 988059976	Mariana Machado Piccolo Flemming
Quilombo	78 ^a	Av Cel Ernesto Bertaso 1300 Sl5 Ed Dom Victório	49 3346 3361 49 988702063	Fabiana dos Passos Pereira
São Carlos	70 ^a	Rua Demétrio Lorenz, 246, Edifício Galli II, Sala 01	49 3325 4038 49 988692545	Everton Hetzel
São Lourenço do Oeste	49 ^a	Travessa São Pedro, 1085, Subsolo, Galeria Bela Vista	49 3344 1255 49 988050898	Orlando Carlos Almeida Vairich
São Miguel do Oeste	45 ^a	Rua Marquês do Herval, N. 977, Sala 6, Ed. Leolino Baldisser	49 3621 0886 49 988041961	Deana Mara Tuon Fanton
São Miguel do Oeste	82 ^a	Rua Marquês do Herval, 977, Edifício Leolino Baldissera	49 3621 1016 49 988033111	Alex das Graças Gonçalves
Xanxerê	43 ^a	Travessa Ernesto Carmelli, 55, Sala 1	49 3433 5056 49 988037396	Cleomar José Camilo Eugenio
Xaxim	48 ^a	R. Rio Grande, N. 653	49 3353 1358 49 988049984	Marcos Correa Vieira